

A Nova ATER e a formação de redes locais de entidades da agricultura familiar para desenvolver extensão rural agroecológica no estado do Paraná, Brasil

Olivo Dambrós¹
Francisco Roberto Caporal²
Mamen Cuéllar Padilla³

¹Engenheiro Agrônomo, Licenciado em Ciências Agrárias; Especialista Desenvolvimento Sustentável; Mestre em Agroecologia (UNIAES); Doutorando em Agroecologia (UCOES); Membro fundador e ex-presidente da Unicafes Paraná; Dirigente da Cooperativa Iguazu de Prestação de Serviços – Cooperiguazu/CENATER – UNICAFES – PR. E-mail: olivodambros@yahoo.com.br.

²Doutor em Agroecologia pela Universidad de Córdoba – Espanha. Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: caporal-fr@gmail.com.

³Doutora em Agroecologia pela Universidad de Córdoba – Espanha. Forma parte del equipo del Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (ISEC) de la Universidad de Córdoba. Ha profundizado en procesos de “ciencia con la gente”,

RESUMO

O estudo é um recorte de Tesis Doutoral em Agroecologia pela Universidade de Córdoba, Espanha, que realizou pesquisa semi estruturada com 63 representantes da agricultura familiar: agricultores, organizações sociais e instituições que atuam de forma direta junto à agricultura familiar/camponesa localizadas nos municípios de Coronel Vivida e de Rio Branco do Sul, dos territórios Rurais do Sudoeste e Vale da Ribeira no Estado do Paraná, Brasil. Identifica conselheiros gestores, dirigentes e lideranças rurais, profissionais e agricultores, considerando a existência de orientações formalizadas sobre Agroecologia e compreensão dessa temática nas organizações participantes desse estudo e analisa a formação de redes locais da agricultura familiar/camponesa e o apoio destas no desenvolvimento da Extensão Rural Agroecológica junto a essa agricultura no Estado do Paraná, Brasil. Conclui que essa política pública não estimula a articulação e formação de redes locais das entidades/instituições da agricultura familiar para a Extensão Rural com enfoque agroecológico previsto na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Palavras-chave: Agroecologia; Extensão Rural; Redes locais; Agricultura familiar.

New ATER and the training of local associations networks of family farming to develop agroecological rural extension in Parana state, Brazil

ABSTRACT

This study is part of Tesis Doctoral in Agroecology from the University of Cordoba, Spain, which held semi structured research with 63 representatives of family agriculture: farmers, social organizations and institutions working directly with the family the municipalities of Coronel Vivida and Rio Branco do Sul, Rural Southwest territories and valley of the Ribeira

Paraná State, Brazil. Identifies leaders, professionals and farmers, considering the existence of formalized guidelines on Agroecology and the understanding of the subject in participating organizations that study and analyze the formation of local networks of family farming/peasant and the support of those in the development of Rural Extension Agroecological next to that agriculture in the state of Paraná, Brazil. Concludes that public policy does not stimulate the articulation and training local

networks of entities / institutions of family and peasant agriculture for y Rural Extension established in the relevant National Policy.

Keywords: Agroecology; Rural Extension; Local networks; Family farming.

INTRODUÇÃO

O modelo de Extensão Rural no Brasil seguiu os padrões institucionalizados para a agricultura marcados pelo embate ideológico entre diferentes setores e classes sociais do campo. Nasce na era Vargas (1940 a 1955) quando o campo vive o embate entre *camponeses e latifundiários*, passa pela época da ditadura militar (1964 a 1985), no confronto entre a *pequena e a grande propriedade* até a redemocratização do estado (década de 1990 em diante) em que essa luta de classes do campo é demarcada pelo embate ideológico entre a *agricultura familiar e o agronegócio*. É nesse campo diverso e mutante que essa política pública exerce sua influência na transformação dos hábitos e costumes da população rural (grifou-se).

Com hegemonia sobre outras formas alternativas de Extensão Rural, o modelo convencional consegue ajustar-se às diferentes conjunturas do campo, e consolidar-se na América Latina e especialmente no Brasil. Dentre várias etapas vividas pela Extensão Rural aquela que contribui de forma mais direta para a contextualização do problema desta investigação acontece mais fortemente no Brasil entre os anos de 1980 a 2000, denominada de “etapa da contestação do modelo convencional” (SÁNCHEZ DE PUERTA, 1990).

Nesse período de contestação ao modelo convencional, observadores críticos e o próprio Banco Mundial reconhecem que os supostos benefícios da Revolução Verde não estavam chegando aos pequenos agricultores dos países do "Terceiro Mundo" e que o pacote tecnológico estava aumentando, em vez de diminuir, as desigualdades socioeconômicas das populações rurais e, além disso, provocando significativos impactos ambientais negativos (FONSECA, 1985).

As críticas contundentes de autores latinos como Ramakrishna, em 1984, na Venezuela; Engel, em 1997, no Chile, Delgado, em 2004, na Bolívia; em Paulo Freire no Brasil, somadas ao recrudescimento do movimento ambientalista, provocaram o ressurgimento do movimento da agricultura alternativa e um questionamento forte ao modelo convencional. Dessa forma, apesar da prevalência do modelo de desenvolvimento estruturado aos moldes da Revolução Verde, muitas alternativas foram sendo construídas e dando corpo à construção de uma nova proposta de Extensão Rural orientada para a construção do “desenvolvimento rural sustentável”.

Questões como a preservação ambiental, a reforma agrária, a segurança alimentar, o combate à pobreza e a geração de empregos foram sendo reivindicadas, refletindo o anseio do campo para a construção de outra proposta de Extensão Rural, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). E foi nessa disputa ideológica do rural brasileiro que se chegou à “Nova ATER”.

experiencias de autogestión en torno a necesidades básicas, y específicamente en lo que se denominan Sistemas Participativos de Garantía y Sistemas Agroalimentarios localizados. E-mail: ma2cupam@uco.es.

A Nova ATER, portanto, não é uma construção isolada e nem tampouco obra prima de poucos. Ela começa a ser construída a partir da reflexão crítica idealizada por Paulo Freire e vários outros pensadores, pela efervescência dos movimentos populares, pela participação de muitos profissionais críticos que atuavam por dentro do Estado, e também pelo compromisso de um governo eleito com o apoio destas forças populares. Esta luta fez brotar a nova proposta que tinha entre as suas principais bagagens a esperança de uma política pública que promovesse a interação Estado e sociedade civil na luta por mais equidade social e respeito com os recursos naturais, entre tantos outros.

Há que se destacar que a Nova ATER, em sua fase inicial, não implicou, necessariamente, na centralização no plano federal. Os sistemas públicos estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) continuaram a manter um considerável grau de autonomia e descentralização. Inclusive passaram a contar com mais recursos para infraestrutura e logística. Essa proposta de descentralização descrita na versão final do texto publicado, em maio de 2004, pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), a Secretaria de Agricultura familiar (SAF) e o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) refere-se ao processo da seguinte forma:

A nova Ater deverá organizar-se através de um Sistema Nacional Descentralizado de Ater Pública, do qual participem entidades estatais e não estatais que tenham interesse e protagonismo no campo da Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER/MDA, 2004, p. 5).

A proposta da descentralização também está contemplada na diretriz da nova Política Nacional de ATER explicitada como forma de:

[...] viabilizar serviços de Ater que promovam parcerias entre instituições federais, estaduais, municipais, organizações não-governamentais e organizações de agricultores familiares e demais públicos anteriormente citados, estimulando a elaboração de planos de desenvolvimento municipal, territorial e/ou regional, assim como a formação de redes solidárias de cooperação interinstitucional (DATER/MDA, 2004, p. 8).

Nessa perspectiva da descentralização surgem as Redes de ATER articuladas por segmento representativo das populações e atores do campo e também por temas geradores. De 2004 a 2008, doze (doze) redes contemplavam mais de 100 (cem) organizações não governamentais e 27 (vinte e sete) organizações governamentais com muitos encontros, debates e construção coletiva que contribuía na crítica e nas sugestões dos encaminhamentos do MDA/DATER (CAPORAL, 2009).

Entretanto, essa construção social carregada de esperança de uma política pública que promovesse a articulação do Estado e da sociedade civil para o enfrentamento do modelo agroquímico e de suas políticas convencionais, não consegue atingir os objetivos para os quais foi construída. O processo de descentralização da Extensão Rural Pública não se consolida e os arranjos legais que dariam a possibilidade de articula-

ção entre as esferas de governo central, estadual e municipal e destes com a sociedade civil não se consolidaram. Assim, os conteúdos pensados pelo viés da Agroecologia e os métodos descritos nos seus princípios que garantiriam maior participação no planejamento e na operacionalização das ações não se viabilizaram.

É no contexto dessa política pública, desde sua origem até os dias atuais, considerando as etapas do modelo convencional, a construção social, nas esperanças e na materialização da Nova ATER, desde seu surgimento até os dias atuais, que se localiza o problema de investigação.

Trata-se, este trabalho, do recorte de uma obra maior, criteriosa e exaustiva, elaborada para a Tesis Doutoral em Agroecologia da Universidade de Córdoba, Espanha, com realização de pesquisas, investigação e análise de 2008 a 2013, em 18 comunidades rurais localizadas nos Municípios de Coronel Vivida, território da região Sudoeste, e de Rio Branco do Sul, no território da Cidadania do Vale da Ribeira, no Estado do Paraná, Brasil.

Dentro destes territórios o estudo se concentrou em um conjunto de sendo o foco principal de análise o desenvolvimento da Extensão Rural Agroecológica através de organizações da Agricultura familiar e camponesa que atuam nestes locais

O debate proposto nessa investigação tem como foco principal a realidade local e sua importância na construção das demandas e implementação das políticas públicas e por isso considera relevante a afirmação descrita por Silva:

[...] é na participação das populações locais que reside uma das questões fundamentais das políticas públicas no Brasil. Essa questão é geralmente negligenciada nos diagnósticos governamentais [...]. É preciso [...] reconhecer que, depois de séculos de regimes autoritários, nem a sociedade, nem os governos federal, estadual e municipal estão acostumados à ‘prática da concertação’, ou seja, de processos participativos que tenham por objetivo formar consensos – condição necessária (mas não suficiente) para que as políticas públicas sejam bem sucedidas. [...] ‘É justamente nesse processo de participação que reside a nosso juízo, a alternativa que nos parece mais interessante do ponto de vista de se ampliar a democratização da gestão pública, ou seja, ações político-institucionais que permitam a renovação do processo decisório, de forma a combinar mecanismos tradicionais da democracia representativa com novas formas de participação direta’ (SILVA, 2001, p. 25; 37).

Diante desse contexto, conforme descreve Silva (2001), o grande desafio que se apresenta é desenvolver uma Extensão Rural em rede, orientada pelos princípios da Agroecologia e que inclua as famílias rurais mais empobrecidas nos processos de desenvolvimento. Ou ainda, construir uma proposta de Extensão Rural com participação efetiva dos atores locais e com ações de planejamento e execução articulados junto aos territórios, municípios e nas comunidades rurais. É essa construção proposta ainda lá atrás por muitos atores sociais que estará sendo analisada nesta investigação.

A mesma política pública que orientou pela derrubada das matas, pelo consumo de venenos e sementes híbridas, pela importação de agroquímicos conseguirá, a partir dessa nova proposta, promover a reconstrução dos agroecossistemas, a transição agroecológica e proporcionar o empoderamento das famílias, das comunidades e das organizações do campo? Essa era uma das várias questões que se fazia durante os debates para a implantação da Nova ATER.

É nessa perspectiva, de compreender as respostas dadas a estas e tantas outras expectativas, que se localiza o problema central a ser investigado por este estudo. Consiste, portanto, em analisar se a Nova ATER, construída pela força popular durante anos e normatizada pela Política Nacional de ATER em 2004, tem provocado mudanças no modelo convencional em direção da Extensão Rural Agroecológica.

Muitas das ações foram previstas na política pública de ATER, entretanto, dez anos depois, praticamente as mesmas perguntas se repetem: a Extensão Rural pública surgida em 2003, coordenada pela Pnater, terá sido um instrumento em favor da construção destas mudanças? A construção das demandas construídas por entidades e instituições que vivem localmente e que conhecem a trajetória das famílias, comunidades, assentamentos rurais e das próprias organizações foram levadas em conta no planejamento das ações dessa política pública? O planejamento participativo, promovido pelas organizações locais orientou as ações de ATER? Contribuiu para aproximar a Extensão Rural dos camponeses, indígenas e agricultores familiares? Até que ponto esta política pública tem apoiado a construção de estilos de agricultura mais sustentáveis junto com os agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária.

A partir destas questões foram levantadas algumas variáveis que permitem uma análise mais apurada sobre o problema dessa investigação. Estão relacionadas a quatro pontos centrais: a) O apoio da Pnater para desenvolver a Extensão Agroecológica através de redes locais; b) A capacitação de profissionais oficiais e de organizações não governamentais para desenvolver essa nova Extensão; c) A articulação da pesquisa oficial para construir e socializar conhecimentos agroecológicos aos profissionais, entidades e agricultores; e, d) Alocação de recursos em volume, continuidade e formas para o desenvolvimento dessa política pública.

Recorta-se da Tesis Doutoral em Agroecologia o objetivo de analisar em que medida a Extensão Rural Agroecológica, preconizada pela política nacional de ATER – Pnater, regulamentada através da Lei nº. 12.188/2010, tem provocado mudanças estruturais no modelo convencional de Extensão Rural desenvolvida junto às organizações da Agricultura Familiar e Camponesa que atuam em nível local (municípios e territórios) do Estado do Paraná.

Para responder esse objetivo foi necessário entre outras ações, identificar lideranças, profissionais e agricultores, considerando a existência de orientações formalizadas sobre Agroecologia pelas organizações sociais do campo participantes desse estudo. Assim como: a) o nível de compreensão das mesmas sobre Agroecologia; b) a adoção de práticas ecológicas em seus sistemas de produção; c) a compreensão e adoção de metodologias participativas; d) inserção das entidades locais com a sua base (famílias, grupos e comunidades); e) a autonomia da entidade/instituição; f) a participação das

lideranças e entidades/instituições em outros espaços de representação e nas conferências e demais eventos de construção da ATER; g) a participação das mulheres e jovens nas organizações, inclusive nas direções; h) a participação dos indígenas, quilombolas, e outras etnias minoritárias, inclusive nas direções; e i) a exigência de conhecimentos sobre Agroecologia dos profissionais por ocasião de sua contratação na entidade/instituição.

MATERIAL E MÉTODOS

Foi utilizada a metodologia qualitativa em ciências sociais, que contou com o uso de ferramentas como análise de documentos, observação participante, entrevistas semiestruturadas e revisão bibliográfica.

A investigação contemplou estudos de um conjunto de nove “experiências de ATER em rede”, desenvolvidas desde 2003 no Estado do Paraná, com foco nos dois territórios com maior número destas experiências, os Municípios de Coronel Vivida e de Rio Branco do Sul, localizados na região Sudoeste ao território da Cidadania do Vale da Ribeira, Estado do Paraná, Brasil.

Dentro destes territórios o estudo se concentrou em um conjunto de 18 comunidades rurais, sendo o foco principal de análise o desenvolvimento da Extensão Rural Agroecológica através de organizações da Agricultura familiar e camponesa que atuam nestes locais delimitados.

O estudo foi realizado através de entrevista semi estruturada complementada com grupos de discussão junto aos municípios selecionados. Em relação à entrevista semi estruturada, o número de entrevistados totalizou 63 (sessenta e três) representantes de entidades, instituições e outras organizações que possuem relações com a agricultura familiar/camponesa no âmbito das comunidades rurais, nos municípios e territórios investigados (Quadro 1). As entrevistas foram organizadas a partir dos objetivos propostos oportunizando que todos os públicos se manifestassem sobre todos os objetivos.

Público participante	Território que representa	Institucionalidade	Quantidade	Total
Conselheiros Gestores dos Territórios	Vale Ribeira	Governamentais	02	12
		Sociedade civil	02	
	Sudoeste	Governamentais	04	
		Sociedade civil	04	
Dirigentes locais de entidades representativas da agricultura familiar e camponesa	Vale Ribeira	Sociedade civil	05	12
	Sudoeste	Sociedade civil	07	
Profissionais que prestam serviços de ATER Pública	Vale Ribeira	Governamentais	04	18
		Sociedade civil	05	
	Sudoeste	Governamentais	05	
		Sociedade civil	04	
Agricultores familiares dirigentes comunitários	Vale Ribeira	Sociedade civil	12	18
	Sudoeste		06	
Agricultores orgânicos	Vale Ribeira	Sociedade civil	01	02
Agricultor ex-orgânico	Sudoeste		01	
	Sudoeste		01	
TOTAL			63 participantes da entrevista	

Quadro 1. Público participante na pesquisa.
Fonte: Olivo Dambros, 2014.

O público considerado como participantes diretos nesse estudo consiste em lideranças representativas de entidades/instituições ligadas à agricultura familiar e agricultores familiares com importância significativa para a investigação. Os dados sistematizados foram colhidos durante os anos de 2012 e 2013.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente buscou se compreender o nível de compreensão das entidades sobre Agroecologia, ou seja, sobre a definição conceitual do termo. Algumas destas respostas estão listadas a seguir:

'Agroecologia é um processo de produção sem utilização de agrotóxicos e insumos industriais, utilizando produtos naturais ou biológicos', AG, 45 anos.

'Agroecologia é uma forma de produzir e viver em harmonia com a natureza e preservar o ecossistema através da produção sustentável', AS, 61 Anos.

Além destas respostas de cunho mais técnico, foram registradas algumas definições que envolvem aspectos sociais e políticos, como:

'Agroecologia é uma ideologia política que defende a produção de alimentos livres de agentes hegemônicos capitalistas', DD, 40 anos.

'A Agroecologia é um processo em que respeitamos o potencial da realidade local, considerando o que a natureza tem de melhor para nos oferecer. Agroecologia é, acima de tudo, um trabalho de observação em que precisamos ver as respostas de cada ambiente, respeitando o seu potencial e seus limites. É, acima de tudo, vida saudável e respeito à natureza e se não a única, a mais viável rumo à sustentabilidade da agricultura familiar' NE, 57anos.

'Agroecologia é uma ciência que busca a forma mais equilibrada de utilização dos recursos existentes para a produção e para o bem estas dos agricultores e dos consumidores', NK, 46 anos.

'Agroecologia é um conjunto de condutas sociais ligadas ao processo de sustentabilidade em nível mais amplo que vai do econômico, sócio cultural e ambiental', LS, 38 anos.

Embora 67% das entidades consideraram que o tema é tratado com pouca importância no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR); 25% consideram o tema tratado com importância média; e, apenas 08% consideram que o tema da Agroecologia é tratado com grande importância, as conceituações explicitadas acima

trazem elementos de análise interessantes muito próximos a definições já descritas por autores conceituados como Caporal entre outros..

Sobre a caracterização das entidades em relação à existência de orientações formalizadas sobre Agroecologia, a conclusão é de que metade das entidades prestadoras de investigadas declarou ter em seus estatutos, regimentos ou outros documentos próprios, menções sobre Agroecologia. Nas demais, aproximadamente 30% das entidades declarou não ter nenhuma referência e as restantes não souberam responder se havia ou não algo escrito sobre Agroecologia.

Investigando acerca da adoção de práticas ecológicas em seus sistemas de produção, delimitado ao autoconsumo alimentar, os resultados obtidos pela pesquisa sobre as práticas agrícolas empregadas pelos dirigentes locais das entidades representativas da Agricultura Familiar foram completamente diferentes em relação às técnicas empregadas para a produção comercializada. Pelo Gráfico 1, a seguir, percebe-se que apenas 18% dos entrevistados declararam utilizar-se de práticas convencionais, como principais, na produção agrícola para o autoconsumo, enquanto 82% declaram utilizar-se de práticas alternativas.

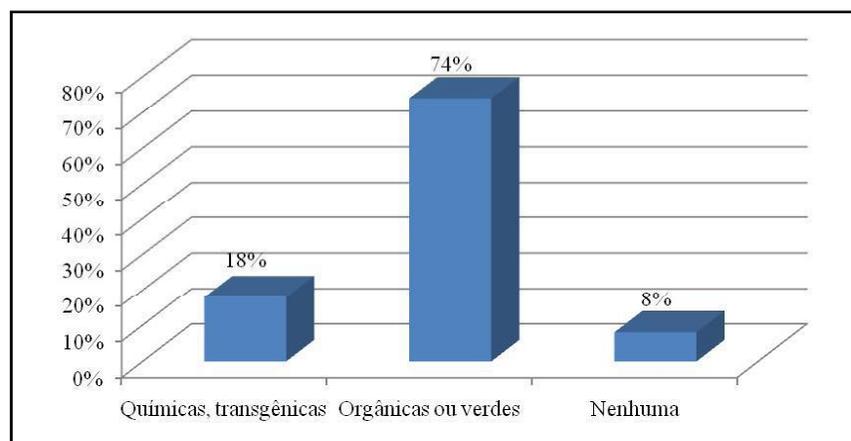


Gráfico 1. Práticas agrícolas utilizadas na produção agrícola para o autoconsumo familiar pelos dirigentes das entidades da Agricultura familiar. Fonte: Olivo Dambros, 2014.

Na produção comercializada o resultado da investigação com esse mesmo público foi completamente ao contrário do autoconsumo. Apenas 20% afirmaram utilizar-se, preferencialmente, de práticas ecológicas e 80% desenvolvem a maior parte das suas atividades através de técnicas convencionais, baseadas nas sementes transgênicas, adubos químicos e utilização de agrotóxicos.

Ainda, sobre o autoconsumo, perguntou-se sobre a origem dos alimentos consumidos pela família. Conforme Gráfico 2, a seguir, verifica-se que dos alimentos consumidos pela família, 08% são provenientes de trocas com vizinhos, 40% são adquiridos nos supermercados da cidade e 52% são produzidos na própria Unidade familiar.

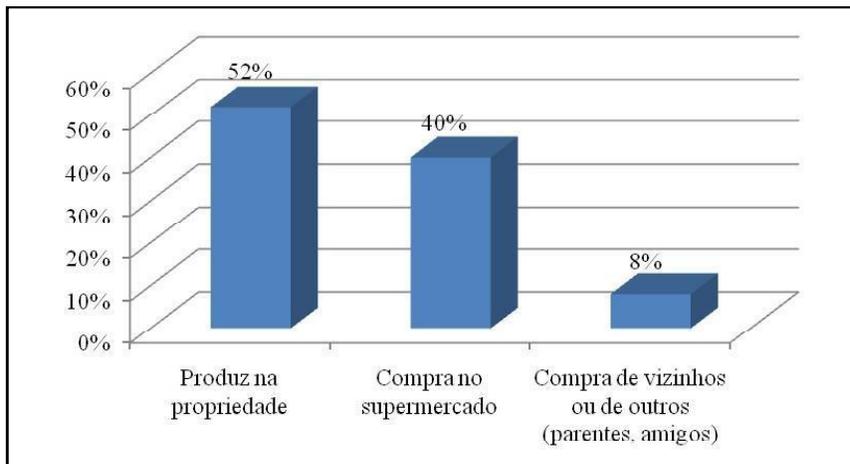


Gráfico 2. De onde vêm os alimentos consumidos pela família dos dirigentes das entidades da Agricultura Familiar.
Fonte: Olivo Dambros, 2014.

Durante as entrevistas percebeu-se entusiasmo da família em comentar sobre os alimentos produzidos, ecologicamente, e, por outro lado, preocupação ao falar sobre a quantidade de veneno utilizado em suas propriedades e nas propriedades de vizinhos. Inclusive, o desamparo em relação às leis ambientais, alegando que ninguém mais se importa com distância entre a aplicação dos venenos e as residências, ou em relação às nascentes e riachos. É muito frequente durante as entrevistas, as famílias associarem os agrotóxicos a danos ambientais, como morte de animais, de plantas como a videira e, principalmente, em relação à saúde humana. Em mais de cinquenta por cento das casas visitadas, para a entrevista, houve menção de casos de câncer provocados, segundo a percepção das famílias, pelo uso exagerado de venenos na comunidade.

Diante da insistência dessas manifestações e já que havia uma constante crítica ao uso de “veneno” perguntou-se então por quais razões as famílias não usariam mais as técnicas agroecológicas para produzir alimentos orgânicos. As respostas, sistematizadas no Gráfico 3, a seguir, demonstram que 42% dos entrevistados, ou seja, a maioria deles alega que não tem acompanhamento técnico com conhecimento nessa área para apoiar e acompanhar a produção de forma ecológica, com segurança. Há, segundo as famílias, um medo muito grande de que se ocorrer uma doença ou praga, a produção possa ser toda perdida. Mais de 50% afirmam que já procuraram, mas não encontraram profissionais no município que pudesse orientar sobre isso e 33% alegam não saber se há ou não estes profissionais. Para os demais 17% isso não interessa.

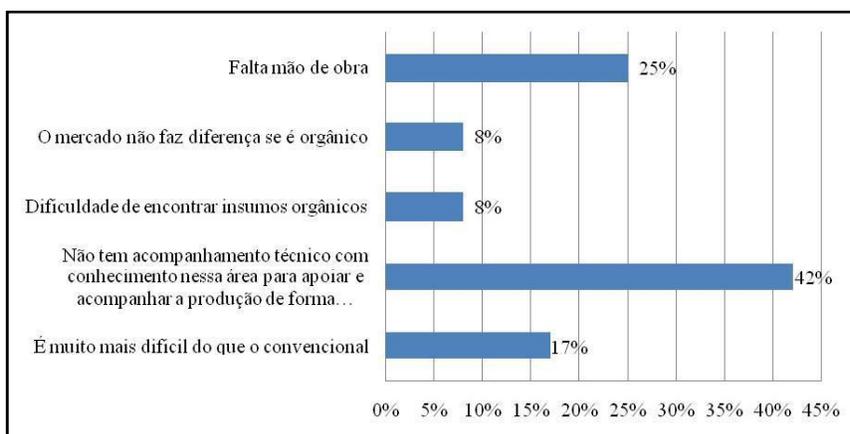


Gráfico 3. Principais dificuldades para produzir de forma ecológica.
Fonte: Olivo Dambros, 2014.

Mais de 50% dos entrevistados sabem que existem normas sobre crédito oficial destinado a fomentar a produção orgânica; no entanto, segundo os dirigentes, estas normas não são claras em relação aos insumos que a proposta de custeio contempla, como se dá o seguro destas culturas, entre outras dúvidas. Além dessa falta de informações, há certo receio, demonstrado pelos emprestadores do crédito, principalmente, as Cooperativas de Economia Solidária, no caso específico dos territórios investigados, de que se houver qualquer intempérie não se consiga comprovar para perícia os insumos utilizados e o agricultor não acesse aos programas oficiais de seguro. Ainda, em relação ao crédito, os demais entrevistados (50%) afirmam não ter visto falar sobre a existência dessa modalidade e, portanto, não sabem se tem crédito para financiar a produção orgânica.

Consoante à compreensão e adoção de metodologias participativas, a partir da consolidação da Pnater, em 2004, a Agroecologia passou, juntamente com “metodologias participativas”, a orientar os convênios, projetos e processos de formação dos Agentes de ATER. Os Termos de Referência construídos pelo Dater/MDA eram ajustados a cada convênio e neles estavam muito claros os compromissos das conveniadas. Embora alguns movimentos sociais considerem que a forma não foi a mais adequada, pois centrava os processos em cursos pontuais, é inegável o quanto a determinação do Dater/MDA serviu para colocar o tema da Agroecologia em debate desde os espaços de atuação local das organizações de base, nos territórios, nas esferas estadual, nacional e até mesmo internacional.

Nas experiências com processo de formação permanente, com encontros de avaliação e trocas de experiências mais constantes, isso pode ser atenuado. Nas demais experiências isso se tornou uma dificuldade maior. Facilmente os agentes técnicos abandonavam os instrumentos e metodologias participativas e assumiam a velha condição do técnico.

Em muitos casos se observa que o papel dos profissionais de ATER se confunde com o papel de dirigente local. Na maioria das iniciativas havia necessidade de temporalidade maior para a ampliação da organização e autonomia dos processos iniciados, sendo que o Agente técnico, ainda, desempenhava papel que cabia à organização local. No início das atividades até contribuía para as entidades representativas locais, mas com o passar do tempo se tornara preocupante e prejudicial, por que na maioria dos casos os profissionais são transitórios e se deslocam de um lugar para outro, enquanto os dirigentes não. Permanecem ali no local por que vivem aí. Não só trabalham por um tempo determinado como a maioria dos profissionais.

Sobre a inserção das entidades locais com a sua base (famílias, grupos e comunidades), considerando a participação na comunidade local (nos espaços da igreja, time de futebol, escola, clube de mães, ente outros), há uma participação efetiva dos dirigentes, com mais de 80% destes participando efetivamente. O Gráfico 4 mostra que menos de 20% participam, algumas vezes, mas acham interessante participar.

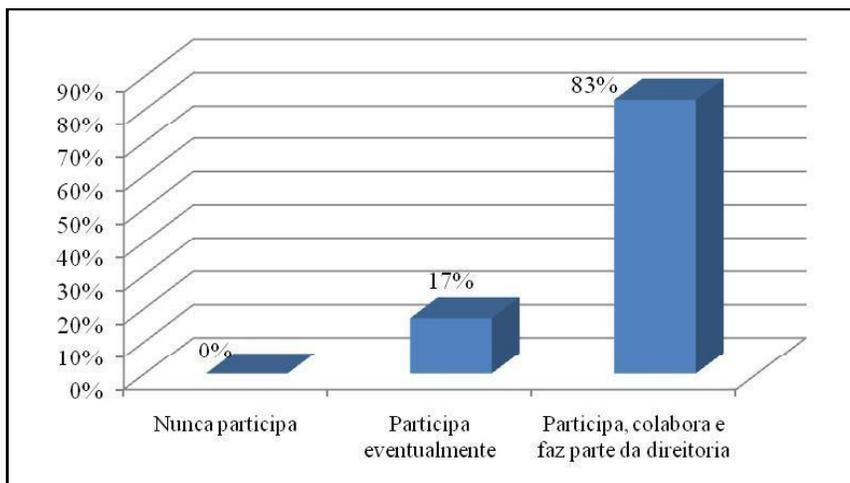


Gráfico 4. Nível de participação junto às comunidades rurais dos dirigentes das entidades.
Fonte: Olivo Dambros, 2014.

Abordada como tópico da pesquisa a participação das lideranças e entidades/instituições em outros espaços de representação e nas conferências e demais eventos de construção da ATER foi estabelecido como parâmetros para medir esta participação nas conferências os índices: Baixa participação – Menos de 51% das entidades se fizeram presentes e contribuíram nos debates; Média participação - de 51 a 80% participaram e contribuíram nos debates; Boa participação - acima de 80% das entidades que fazem parte do Conselho participaram e contribuíram nos debates.

O resultado, demonstrado no Gráfico 5 foi o seguinte: para 25% dos entrevistados a participação foi baixa; para 42% foi média; e, apenas 8% considerou boa a participação das entidades.

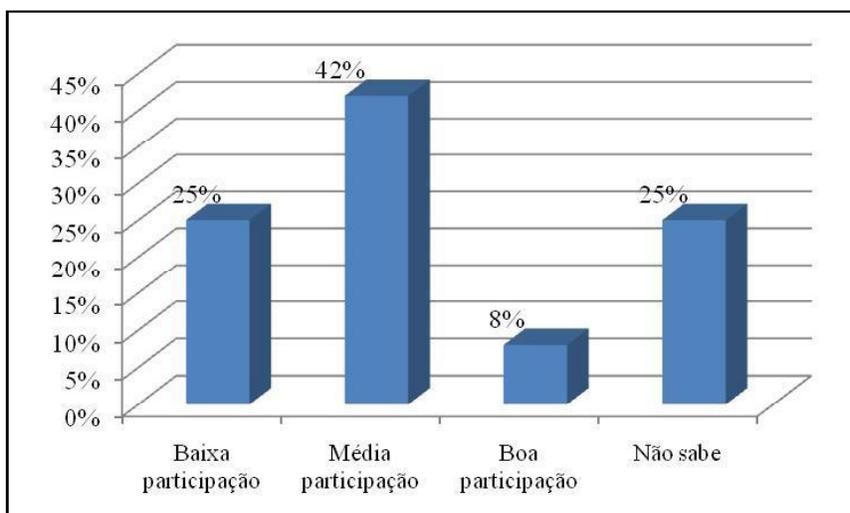


Gráfico 5. Nível de participação das entidades nas conferências de ATER.
Fonte: Olivo Dambros, 2014.

Investigando sobre a participação das mulheres e jovens nas organizações, inclusive nas direções e, da mesma forma, sobre a participação dos indígenas, quilombolas, e outras etnias minoritárias, inclusive nas direções, os dados coletados são mostrados no Quadro 4.

Entidades	Indígenas %	Quilombolas %	Idosos %	Adultos %	Jovens %	Mulheres %
ACARS	-	-	40	50	10	35
As. Rio Sul	-	-	10	80	10	15
COOPASOL	-	-	10	60	30	30
CRESOL RBS	-	-	15	70	15	30
STR RIO	-	-	30	45	25	10
Cresol	06 famílias	Uma família	25	55	20	15
Claf			20	60	20	40
Coopafi	05 famílias	-	30	60	10	35
Cooperlate	-	-	20	60	20	20
CEAVI	-	-	30	50	20	20
Casa familiar	-	-	10	60	30	40
STR	-	-	30	50	20	20
12 entidades	Traços	Traços	270/12	700/12	230/12	310/12
Média em %			22 %	58 %	20 %	25 %

Quadro 4. Caracterização das entidades da agricultura familiar (etnia, gênero e geração).
Fonte: Olivo Dambros, 2014.

Sobre gênero as entidades apresentam-se com uma disparidade significativa, na medida em que, 25% dos associados são mulheres e 75% são homens (Gráfico 6).

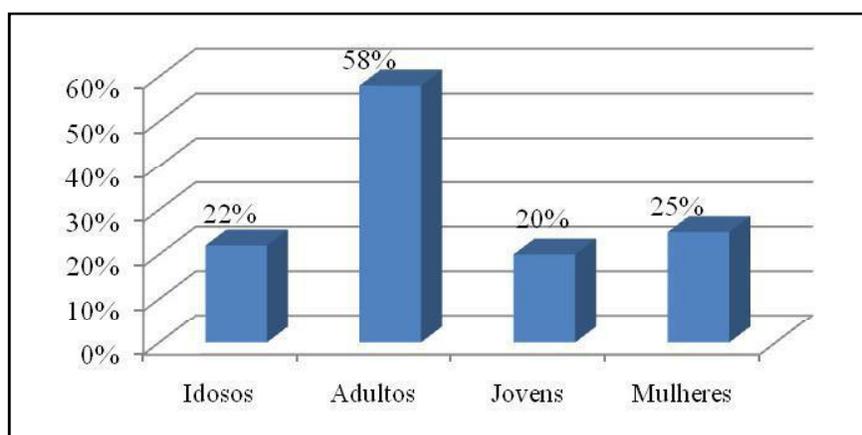


Gráfico 6. Caracterização dos associados conforme grupo social, que compõem as entidades da agricultura familiar.
Fonte: Olivo Dambros, 2014.

Em relação à geração, cerca de 60% dos associados está na fase adulta, 22% com mais de sessenta anos, considerada como idosos e menos de 20% abaixo de 29 anos, considerados jovens. No entanto, quando são analisados os quadros administrativos, as diferenças de gênero são ainda maiores, os homens ocupam mais de 90% dos cargos diretivos das entidades locais da agricultura familiar.

Quanto à exigência de conhecimentos sobre Agroecologia dos profissionais por ocasião de sua contratação na entidade/representativa da agricultura familiar, o gráfico 7 abaixo demonstra de que a maioria destas declarou observar sobre estes conhecimentos.

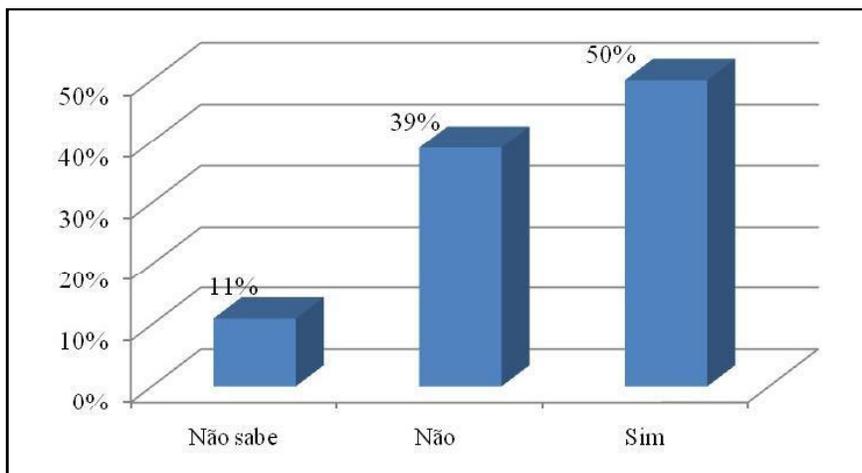


Gráfico 7. Exigência de conhecimentos sobre Agroecologia na contratação de técnicos.
Fonte: Olivo Dambros, 2014.

Os resultados mostram que 50% das entidades levam em conta estes conhecimentos na hora de contratar.

CONCLUSÃO

Apesar dos objetivos da Política nacional de ATER de articular as organizações locais, inclusive de fomentar leis específicas nos municípios, para aglutinar forças com atuação coletiva, esse processo não tem avançado. As articulações locais são mais consequência dos fóruns e conselhos por razões anteriores do que em função do apoio previsto na política de ATER.

Ainda sobre o apoio da Política Nacional de ATER para estimular a articulação local das organizações sociais, pode-se identificar dois momentos distintos: um 'antes e outro depois' da Lei de ATER, Lei n.º. 12.188 de 2010. Uma das diferenças percebidas entre os convênios utilizados antes da Lei de ATER e as “chamadas públicas” institucionalizadas após a referida Lei, se refere ao envolvimento das organizações locais. Enquanto nos convênios havia a participação efetiva e o comprometimento destas, nas chamadas essa lógica desapareceu. As entidades que nos convênios contribuíam e até indicavam os profissionais para a execução das ações de ATER, nas chamadas foram, no máximo, consultadas de vez em quando para uma ou outra questão pontual.

Os projetos de ATER financiados pelo governo federal não estimulam a articulação entre as organizações sociais locais. Nem destas entre si, nem com o poder público municipal. Este, na maioria das vezes, mal fica sabendo de que no seu município está se desenvolvendo um projeto do governo federal e beneficiando famílias, geralmente, mais empobrecidas que o próprio município deveria acompanhar.

As famílias agricultoras têm pouco espaço na gestão e orientação política e estratégica das instituições públicas, em especial no caso das Instituições públicas de ATER. Mesmo na gestão municipal, os conselhos são pouco operantes e representativos e com papel limitado. A maioria das decisões nestes conselhos é tomada pelo presidente ou mais algumas pessoas da direção somente.

As experiências de ATER possibilitaram perceber que a articulação das organizações em rede tenciona o poder público local. As demandas, planejadas e encaminhadas coletivamente, pressionaram os administradores a incluir as famílias menos favorecidas em processos de desenvolvimento local, democratizando as políticas públicas e orientando recursos que, mesmo escassos, resultaram em conquistas importantes nestas localidades. As conquistas de políticas públicas foram maiores quando as comunidades se organizaram e encaminharam coletivamente as demandas levantadas nos planejamentos.

Outra conclusão desta investigação, em relação às articulações locais, é de que a formação de rede têm maior efetividade em torno de eixos temáticos e ações concretas mais específicas, pois aglutinam organizações mais alinhadas politicamente e desempenham um papel de tencionar e disputar algumas dimensões no processo de construção do desenvolvimento local/regional.

Muitas articulações não tem se efetivado não só por falta de apoio externo. Há um processo crescente de individualismo das lideranças do campo que, em vez de estimular o fortalecimento coletivo e articulado das forças locais de forma parceira, preferem considerar suas entidades como única força e não parte de um todo. O capitalismo tem promovido, permanentemente, a competição também no rural que, ao contrário do coletivismo, afasta as pessoas e prejudica a construção conjunta. Um dos maiores desafios é como ampliar essa articulação em rede para além dos projetos específicos de cada entidade e como garantir a continuidade e sustentação destas redes locais.

REFERÊNCIAS

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – DATER; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Política nacional de assistência técnica e extensão rural**: versão final: 25/05/2004. Brasília, maio 2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G.; RAMOS, L. R.; CAPORAL, D.S.; Gregolin, A. C. **EXTENSÃO RURAL E AGROECOLOGIA: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Brasília, 2009.

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. 517 p. Tese (Doutorado)-Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

SANCHEZ de PUERTA, F. **La extension como instrumento para el desarrollo: aproximación al caso español**. Tesis doctoral. Departamento de Economía e Sociología Agrarias. Universidad de Córdoba. (mimeo). 1990.

SILVA, José Graziano da. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? In: _____; WEID, Jean Marc von der; BIANCHINI, Valter (Debatedores.) **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001. p. 5-52.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

DAMBRÓS, Olivo; CAPORAL, Francisco Roberto; PADILLA, Mamen Cuéllar. A Nova ATER e a formação de redes locais de entidades da agricultura familiar para desenvolver extensão rural agroecológica no Estado do Paraná, Brasil. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 3, p. 82-96, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 5 fev. 2015.

Aprovado em: 16 maio 2015.